

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CBH PIRACICABA/MG

Lucas Paiva Cruz¹; Ana Augusta Passos Rezende² & Carlos Eduardo Ferraz de Mello³

RESUMO – O comitê de bacia hidrográfica (CBH) pode ser visto como uma arena política de discussão, cujo processo de participação será maior ou menor, dependendo de sua forma de constituição e de funcionamento, da postura de seus membros e interesses envolvidos. Este artigo procura fazer uma análise do processo de construção e evolução do CBH do rio Piracicaba/MG. Faz-se um relato de sua história, desde a mobilização social até o final de 2008, discutindo a importância deste para a sociedade e o seu grau de evolução à luz da Lei nº 9433/97 e frente a outros comitês do Brasil. O CBH Piracicaba/MG precisa efetivamente se organizar melhor democraticamente e politicamente. Mas é correto salientar que a criação deste é recente e a sua maturidade só virá com o passar dos anos.

ABSTRACT - The watershed basin committee (WBC) can be seen as a discussion arena policy, whose participation process will be larger or smaller, depending on: its constitution form and operation, their members' posture and involved interests. This article try to make an analysis of the construction process and evolution of river Piracicaba/MG WBC. A report of its history is done, since the social mobilization until the end of the year 2008, arguing the importance of this for the society and its evolution degree based on the law number 9.433/97 and front to other Brazil's committees. The Piracicaba committee needs indeed to be better organize democratically and politically. But it is correct to point out that its creation is recent and its maturity only will come in the course of time.

Palavras-Chave: Gestão de recursos hídricos; comitê de bacia hidrográfica, rio Piracicaba/MG.

¹ Mestrando do Programa de Engenharia Ambiental da UFOP. Proagua, Campus Morro do Cruzeiro s/n, 35400-000 Ouro Preto. E-mail: lucaspcruz@hotmail.com

² Professora adjunta do depto de Engenharia Civil da UFV. Av. PH Rolfs s/n, Campus Universitário 36570-000 Viçosa. E-mail: aprezende@yahoo.com.br

³ Professor adjunto do depto de Engenharia Civil da UFOP. Campus Morro do Cruzeiro s/n, 35400-000 Ouro Preto. E-mail: cefmello@gmail.com

1 – INTRODUÇÃO

Uma organização pode assumir diferentes formas de trabalho quanto à sua estruturação ou desenho organizacional, mostrando como foi concebida a divisão do trabalho a ser realizado, o grau de responsabilidade sobre decisões e as competências de cada unidade que compõe a estrutura. Uma das opções de estruturação é criar órgãos colegiados, cuja principal característica é possibilitar a análise de problemas e a tomada de decisão por um grupo de pessoas, de forma a compartilhar conhecimentos e responsabilidades. Segundo Feichas (2002), os órgãos colegiados:

“... são indicados sempre que há necessidade de encontrar soluções para problemas complexos, seja pelas diferentes facetas que estes apresentam, seja pela multiplicidade de interesses envolvidos. Possibilitam, também, a coordenação de esforços e recursos, a negociação de objetivos e metas, o comprometimento e coresponsabilidade entre os membros que o compõem.” (Feichas, 2002, p. 89)

Órgãos colegiados podem exercer funções deliberativas, consultivas, normativas, executivas e/ou de controle. Se por um lado, há a vantagem de um processo participativo de gestão, de outro exige de seus membros e dirigentes, a capacidade de mediação e de negociação para não defrontar-se com o imobilismo pela incapacidade de tomar decisões e implantar as ações.

A Lei 9.433 de 1997, alinhando-se ao modelo francês de gerenciamento da água, prevê a constituição de órgãos colegiados em diferentes instâncias, como o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), os conselhos de recursos hídricos estaduais e os comitês de bacias hidrográficas (CBH).

De acordo com a Lei 9.433/97 os comitês são compostos pelo governo (poder executivo da união, estados e municípios), usuários e entidades civis de recursos hídricos (consórcios e associações intermunicipais de bacia hidrográficas, associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos; organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos e organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade e outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou conselhos estaduais). O número de membros por segmento e os critérios de indicação foram definidos pela Resolução No. 5/2000 do CNRH, ficando assim estabelecido: 40% do poder público dos três níveis da federação, pelo menos 20% das entidades da sociedade civil em número proporcional à população residente no território de cada estado, e 40% dos usuários cujos usos dependem de outorga.

O comitê de bacia hidrográfica pode ser visto como uma arena política de discussão, cujo processo de participação será maior ou menor, dependendo de sua forma de constituição e de funcionamento, postura de seus membros e interesses envolvidos.

Este trabalho conta com a avaliação do CBH Piracicaba, com base na presença em loco desde junho de 2007, das reuniões das câmaras técnicas e do plenário do Comitê e das observações feitas nas atas das reuniões.

2 – A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA

A Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba (BHRP) situa-se entre os paralelos 20°61' e 19°47'S e meridianos 42°53' e 43°56'W, nas zonas fisiográficas denominadas siderúrgica (Região Metropolitana do Vale do Aço) e médio Rio doce. A bacia possui uma área de aproximadamente 5.400 km².

O Rio Piracicaba nasce no município de Ouro Preto, nas proximidades da Serra do Caraça, a uma altitude de 1.680m, desloca-se a direção leste tendo sua confluência com o Rio Doce na cidade de Ipatinga, a uma altitude 210 m. A extensão do Rio Piracicaba é de 241 km, a largura do rio é variável, chegando a sua foz com 120 m. Em quase toda a extensão da bacia predomina a morfologia de canal com aspecto meandrante, com exceção para alguns cursos de água que assumem o formato retilíneo na região do Quadrilátero Ferrífero. O padrão de drenagem da bacia do Rio Piracicaba assemelha-se ao tipo dendrítico, onde a forma da drenagem é semelhante à distribuição dos galhos de uma árvore. Ocorre no caso da geologia com rochas homogêneas como os granitos ou ainda em rochas de origem sedimentar com substratos horizontais. Na região do Quadrilátero Ferrífero onde os cursos de água assumem a morfologia retilínea, o padrão de drenagem se caracteriza pela forma paralela, predominantemente.

A economia da região está baseada nas atividades de mineração, siderurgia e fomento florestal. A ocupação da bacia está relacionada à exploração de recursos naturais. A descoberta de ouro no final do século XVII e início do século XVIII, em Mariana e Ouro Preto, no alto e médio Piracicaba levou um grande contingente populacional para estas áreas. Em consequência disso são fundadas muitas vilas que dão origem a cidade como Catas Altas, Santa Bárbara, Nova Era, Itabira e Antonio Dias (Paula, 1997).

O início do século XX é marcado pela instalação da Estrada de Ferro Vitoria-Minas, o que garante uma importante frente de ocupação na região Leste de Minas e o seu consequente desenvolvimento. Um fato que marca a história dessa ferrovia é a descoberta de jazidas de minério de ferro em Itabira. A criação da Companhia Vale do Rio Doce (VALE), a inauguração da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (ArcelorMittal), em Rio Piracicaba, às margens do rio do

mesmo nome, consolidam a importância da região na produção de ferro gusa e de aço na economia mineira (Braga, 1998).

Na segunda metade do século XX, o baixo Piracicaba recebe um grande contingente populacional, motivado por grandes projetos siderúrgicos, em João Monlevade com a Belgo-Mineira (ArcelorMittal), em Timóteo com a Acesita (ArcelorMittal) e em Ipatinga com a Usiminas (Braga, 1998).

Dentre as atividades econômicas desenvolvidas na bacia destacam-se:

- Siderurgia com o maior parque siderúrgico do país composto pela Usiminas, ArcelorMittal Timóteo e ArcelorMittal João Monlevade.
- Mineração de grande e pequena escala – VALE em Itabira e Catas Altas, Samarco em Mariana, garimpo de ouro em Santa Barbara.
- Reflorestamento empresarial principalmente monocultura de eucalipto.
- Forte presença de pecuária diversificada em pequenas e grandes propriedades e de complexos agroindustriais.

Assim, a BHRP é um verdadeiro mosaico de problemas ambientais, pois concentra numa área relativamente pequena um conjunto significativo de atividades econômicas altamente impactantes. Este cenário é ainda agravado pelo processo de urbanização intensiva. (Braga, 1998)

3 – A COMPOSIÇÃO DO CBH PIRACICABA

De acordo com o Regimento Interno do CBH Piracicaba, Art.7, o comitê é composto por 72 (setenta e dois) membros que representam 04 (quatro) segmentos que são: Poder Público Municipal, Poder Público Estadual, Sociedade Civil e Usuários. Sendo que cada segmento tem 09 (nove) representantes titulares e 09 (nove) suplentes.

As reuniões ordinárias do CHB Piracicaba acontecem de 2 em 2 meses em alguma cidade da bacia, sendo que a convocação dos membros devem acontecer pelo menos 15 dias antes das reuniões. Sempre que houver a necessidade de reuniões extraordinárias, os membros também deverão ser convocados com 15 dias de antecedência. No dia anterior as reuniões ordinárias o CBH Piracicaba realiza junto com o IGAM oficinas temáticas, com o intuito de qualificar e informar seus membros e a comunidade em geral sobre temas referentes aos recursos hídricos, ao meio ambiente e cidadania.

4 – A EVOLUÇÃO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA

4.1 – A mobilização social e a formação do CBH Piracicaba

Entre os dias 07 e 22 de junho de 1999, foi realizada a *Expedição Piracicaba 300 Anos Depois*, quando uma equipe multidisciplinar percorreu toda a bacia do rio Piracicaba, trocando informações e interagindo com os moradores, discutindo a questão ambiental e sugerindo a formação do Comitê de Bacia. Está contou com trabalho de mobilização nas escolas publicas e particulares, mostrando aos estudantes do ensino fundamental e médio a importância da preservação dos recursos hídricos e tratando de temas como a ocupação da região, o rio Piracicaba e a expedição em si. Estes foram trabalhados em forma de redações, slogans, teatros, poesias, cartazes e pesquisas. Segundo Guerra (2001), a Expedição Piracicaba foi:

Um espetáculo que superou todas as expectativas, que conseguiu despertar de maneira surpreendente a comunidade, todos os segmentos da sociedade foram envolvidos que se manifestaram de diversas formas. A EXPEDIÇÃO foi recebida sempre de forma calorosa com grupo de pessoas a cavalo, carregando as Bandeiras do Brasil, de Minas e da Cidade, passeatas, carreatas, danças, teatro, congado, bandas de música, corais, muitas faixas e muita música e o Hino Nacional Brasileiro. Todos em ações que sempre tiveram como foco o rio, a sociedade e os problemas de modo geral. (Guerra, 2001)

Em todas as cidades por onde passou, houve à noite Reuniões Públicas, quando foram discutidos temas como a Lei Federal N 9.433 e a Lei Estadual N 13.199, sempre enfocando a formação do Comitê de Bacia, a Agenda 21, as condições ambientais da bacia e as atividades do dia. Como produtos, foram devolvidos para a comunidade da bacia: um Relatório Técnico, um Vídeo Documentário e uma Exposição de Fotografias.

Três meses após o término da Expedição no dia 25 de Outubro de 1999, foi realizada na cidade de Coronel Fabriciano a Conferência das Águas do Piracicaba, que contou com a presença de mais de 350 lideranças e formadores de opinião da bacia. Iniciou-se, assim, oficialmente o processo de criação do Comitê. Foi no encaminhamento da Conferência, que os relatores apresentaram a proposta de cada segmento e os que participariam como representantes da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba na reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

No dias 16 e 27 de Novembro de 1999, foram realizadas reuniões em Nova Era no 24º Superintendência Regional de Ensino e em João Monlevade, na sede da AMEPI (Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Piracicaba), com os relatores, outros participantes e

representantes do IGAM, com o objetivo de estabelecer estratégias para a solicitação de criação do Comitê junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Estas foram colocadas em prática diante do referido conselho no dia 30 de Novembro de 1999, em reunião para apresentação da proposta de criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, está culminou com a aprovação do mesmo.

Em 16 de Fevereiro de 2000, O Governador do Estado de Minas Gerais assina o Decreto de Lei n.º 40.929 instituindo o CBH Piracicaba. A sede do Comitê funciona na Rua Santa Lúcia, 291, bairro Aclimação, em João Monlevade – MG, CEP: 35930-117 telefax: (31) 3852.1541. E-mail: cbhpiracicaba@veloxmail.com.br. Esta sede e a estrutura de funcionamento do Comitê são cedidas pela AMEPI- Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Piracicaba.

4.2 – A organização do CBH Piracicaba (2000, 2001 e 2002)

Em reunião na AMEPI em João Monlevade, no dia 25 de Outubro de 2000, o CBH Piracicaba dá início à sua organização, com a eleição de uma Comissão Provisória para coordenar os trabalhos.

No dia 30 de Novembro de 2000 em ato governamental, são nomeados os 72 membros do CBH Piracicaba/MG (Publicado no Jornal Estado de Minas). Estes foram empossados na assembléia realizada na cidade de Ipatinga, localizada na região metropolitana do Vale do Aço, no dia 11 de Dezembro de 2000. Com a Presença do Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Dr. Paulino Cícero de Vasconcelos; Deputado Federal Tilden Santiago; Deputado Estadual Ivo José; Deputado Estadual Luiz Menezes; prefeitos e diversas autoridades.

A eleição e posse da primeira diretoria do CBH Piracicaba ocorreram no Automóvel Clube de Nova Era, no dia 19 de Fevereiro de 2001, sendo que esta diretoria foi composta por: Presidente: Vinícius Moraes Perdigão (Poder Público Estadual – Emater); Vice-presidente: Augusto Espescht Almeida (Usuário – Belgo Mineira); Primeiro Secretário: Rhane Eustáquio M. Felipe (Poder Público Municipal – Ipatinga) e Segundo Secretário: Júlio Cezar M.Pessoa (Sociedade Civil – Associação Cultural de Itabira Século XXI).

Durante os anos de 2001 e 2002, o CBH Piracicaba se voltou para sua organização interna, debatendo e legislando sobre temas como o regimento interno e organizando a sua sede administrativa. Além disso, participou diretamente da mobilização social para a formação do CHB Rio Doce MG-ES, organizando e participando de eventos e reuniões em prol deste. E também teve participação direta em eventos como: Reunião de Prefeitos para discutir o tema: “Água, Meio Ambiente e uso do solo” AMEPI – João Monlevade; 3º Encontro e Fórum Nacional de Comitês das

Bacias Hidrográficas em Belo Horizonte; Participação no Encontro Regional Sudeste – Agenda 21 Brasileira em BH; 1º Fórum das Águas para o desenvolvimento de Minas Gerais; 4º Encontro do Fórum Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas; III Encontro do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas, em Águas Vermelhas; e 3º Fórum Regional de Meio Ambiente em Nova Era; Fórum Mineiro de Comitês – Integração de Bacias de domínio do Estado e de domínio da União – SEMAD/BH.

4.3 – O retrocesso do CBH Piracicaba (2003 e 2004)

Se nos anos anteriores o comitê passava por um intenso processo de organização interna, democratizando seu funcionamento e participando e organizando vários eventos relacionados aos recursos hídricos, nos anos de 2003 e 2004 o CBH Piracicaba passou por um período de retrocesso.

Em 2003 não foi realizada sequer uma reunião ordinária, e em 2004 foram realizadas apenas 3 reuniões ordinárias. A participação e a realização de eventos sobre recursos hídricos e meio ambiente também praticamente não aconteceram. Apenas alguns membros, de maneira voluntária, representaram o comitê em alguns eventos realizados pelo Instituto Mineiro de Gestão das águas (IGAM) e pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Segundo Vinícius Moraes Perdigão, representante do poder público estadual (EMATER) e presidente do CBH Piracicaba na gestão 2003/2005 e vice-presidente na gestão 2007/2009, os principais motivos que levaram ao retrocesso do comitê nos anos de 2003 e 2004 foram: desinteresse dos membros do comitê, total falta de apoio da ANA e do IGAM; falta de apoio das prefeituras e empresas da bacia, desarticulação política entre o comitê, membros, empresas e órgãos públicos; e dificuldades financeiras vividas pelo comitê.

4.4 – A retomada do CBH Piracicaba (2005 a 2008)

Já no final do ano de 2004 o comitê começou a se rearticular politicamente, com o intuito de formar uma nova diretoria para a gestão 2005/2007, gestão essa que foi eleita e empossada em 18 de março de 2005.

Uma das primeiras providências desta nova gestão foi instituir o “Seminário Sócio Ambiental do CBH – Piracicaba”. Este, acontecendo no dia anterior à reunião ordinária, com o intuito de instruir, qualificar e informar seus membros e a comunidade em geral sobre temas referentes aos recursos hídricos, meio ambiente e cidadania. Com o auxílio do IGAM são realizadas oficinas temáticas e palestras. As palestras são, na maioria das vezes, conduzidas por técnicos do IGAM e da ANA; e pela polícia do Meio Ambiente. O primeiro seminário ocorreu na cidade de

Ipatinga em 27 de Julho de 2005, sendo que até o final do ano de 2008 foram realizados 13 seminários.

Segundo o IGAM, as câmeras técnicas (CT) são órgãos técnicos especializados, deliberativos e normativos, que integram o COPAM e o CERH-MG e os Comitês de Bacias, encarregados de analisar e compatibilizar planos, projetos e atividades de proteção ambiental com a legislação específica, no âmbito de sua competência. As CT facilitam o andamento dos CBHs, pois trazem para as assembléias pareceres técnicos, realizados por membros do próprio comitê.

De acordo com a Deliberação Normativa 04/2005 que estabelece diretrizes para formação, extinção e organização e funcionamento de Câmaras Técnicas do CBH Piracicaba/MG, compete às CT, observando suas respectivas atribuições:

- elaborar e encaminhar ao Plenário, por meio da Secretaria, propostas de normas para recursos hídricos, observada a legislação pertinente;
- manifestar-se sobre consulta que lhe for encaminhada;
- relatar e submeter à aprovação do Plenário assuntos a elas pertinentes;
- examinar os recursos administrativos interpostos junto ao CBH Piracicaba/MG, apresentando relatório a Plenária;
- solicitar aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio da Diretoria do Comitê manifestação sobre o assunto de sua competência;
- convidar especialistas ou solicitar à Diretoria sua contratação para assessorá-las em assuntos de sua competência;
- criar Grupos de Trabalho para tratar de assuntos específicos;
- propor a realização de reuniões conjuntas com outras Câmaras Técnicas do Comitê.

A partir de 2005 o CBH Piracicaba começou a formar suas câmeras técnicas. Atualmente estão em funcionamento a Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL), a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC), a Câmara Técnica do Plano Diretor (CTPD) e a Câmara Técnica de Análise de Projetos (CTAP).

A Câmara Técnica Institucional e Legal foi a primeira CT do CBH Piracicaba. Foi criada em 24 de Agosto de 2006, através da Deliberação Normativa 01/2006. Sua primeira reunião foi em 20 de Setembro de 2006 e até o final de 2008 foram realizadas treze reuniões.

De acordo com a Deliberação Normativa 05/2005 que instituiu em caráter permanente a CTIL, suas competências, observando suas respectivas atribuições são:

- examinar e emitir parecer, favorável ou desfavorável, no todo em parte, sob o aspecto da legalidade e da técnica legislativa, referente a propostas de deliberação elaboradas por outras Câmaras Técnicas, antes da sua apreciação pela Plenária;

- devolver a matéria à Câmara Técnica competente, com recomendações de modificação, ou apresentar substitutivo a Plenária, acompanhado da versão original da matéria examinada, quando do oferecimento de parecer contrário, no todo ou em parte;
- assessorar, quando solicitada, os trabalhos desenvolvidos pelas demais Câmaras Técnicas do CBH Piracicaba/MG em termos de legalidade e técnica legislativa.

Destas treze reuniões, sete foram realizadas em 2008, sendo duas para elaborar a deliberação para criação da Câmara Técnica de Análise de Projetos e uma para revisão do artigo 10 do regimento interno e as demais foram para revisão do regimento interno em sua totalidade.

Em 17 de abril, na reunião ordinária realizada em Santana do Paraíso, a CTIL apresentou ao plenário do comitê a proposta de mudança de alteração do Art. 10 do Regimento Interno do CBH Piracicaba. O plenário aprovou as alterações propostas pela CTIL, que em suma tenta corrigir a pouca anuência nas reuniões ordinárias do CBH de alguns membros, como mostram a Figura 1 e a Tabela 1. O Artigo 10, com a alteração, prevê a exclusão do membro que faltar a duas reuniões do plenário consecutivas e a exclusão da instituição após a falta de três reuniões do plenário consecutivas.

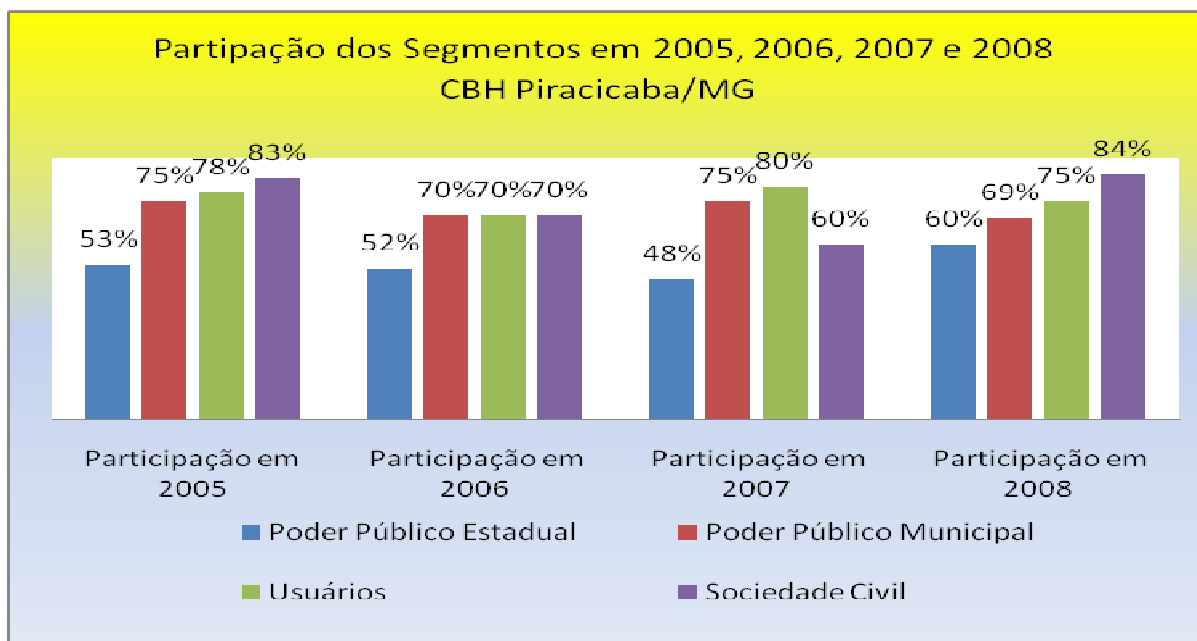


Figura 1 – Participação dos Segmentos nas Plenárias. Fonte: CBH Piracicaba/MG

Tabela 1 – Presença de Membros nas Plenárias do CBH Piracicaba/MG Fonte: CBH Piracicaba/MG

Presença de Alguns Membros em 2008 nas Plenárias do CBH Piracicaba/MG								
Representantes	S.D.Prata (20.12.07)	C. Altas (21.02.08)	S. Paraíso (17.04.08)	S.G.R.A. (26.06.08)	J.Monle. (30.07.08)	J.Monle. (11.09.08)	C.Fabriciano (06.11.08)	Part. Pessoal
Titular / IGAM	A	A	P	A	P	A/J	A/J	35%
Suplente / IGAM	A	P	A/J	A	A	A/J	P	35%
Titular / S. D. do Prata	A	A	A	A/J	A	A	A	0%
Titular / B.J. do Amparo	A	A	A	A	A	A	A	0%
Titular / SEDRU	A	P	A	A	A	A	A	15%
Suplente / SEDRU	A	A	A	P	A	A	A	15%
Titular / IEF	A	A	P	A/J	A	A/J	P	35%
Suplente / IEF	A	A	A	A	A	A/J	A	0%
Titular / PMMA	A	P	A/J	P	A/J	P	A/J	50%
Suplente / PMMA	P	A	A/J	A	A/J	A	A/J	15%
Suplente / USIMINAS COURT	P	A	A	A	A	A	A	15%
Suplente / FIEMG	P	A	A	A	A	P	A/J	15%
Titular / USIMINAS	P	A	A	A	P	A	P	35%

P- Presença / A- Ausência / A/J- Ausência Justificada

Através da Deliberação Normativa 06/2006, o CBH Piracicaba/MG instituiu, em caráter permanente, a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC). Esta deverá ser composta por doze membros com mandato de dois anos. São competências da desta CT:

- examinar e emitir parecer favorável ou desfavorável, no todo ou em parte, sobre os processos de outorgas encaminhados pelo IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas, previamente à sua apreciação pelo Plenário do CBH Piracicaba;
- propor ao plenário do CBH Piracicaba, critérios e normas para cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- examinar os recursos administrativos interpostos junto ao CBH Piracicaba nas matérias de sua competência.

A CTOC já analisou e deu parecer favorável aos processos de outorga da Companhia Vale do Rio Doce, Anglo Gold, Mineração Canaã, PCH São Gonçalo e PCH Cocais Grande. Todos estes processos foram apresentados pelos representantes das empresas nas plenárias do comitê. Posteriormente, os membros da CTOC apresentaram seu parecer técnico e os membros do comitê votaram os processos. Todos os processos de outorga apresentados ao CBH Piracicaba/MG foram aprovados.

A Câmara Técnica de Plano Diretor do CBH Piracicaba (CTPD), criada através da Deliberação Normativa 07/2007, tem como objetivo principal acompanhar o Plano Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Para isto, foram atribuídas as seguintes competências:

- examinar e emitir parecer, favorável ou desfavorável, no todo ou em parte, relativo ao Plano Diretor em elaboração pela Agência Nacional de Águas - ANA, conforme Termo de Referência – TDR, que deverá orientar a elaboração do Plano Integrado da Bacia do Rio Doce, na Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – DO2, conforme Deliberação Normativa 06/02 do CERH-MG, a ser apreciado e aprovado pela Plenária.
- fazer contato com as autoridades competentes e instituições responsáveis pela elaboração do Plano Diretor e propor as modificações necessárias, acompanhado da versão original da matéria examinada, após aprovação em plenário.

Os membros desta câmara técnica têm acompanhado o andamento do Plano Integrado da Bacia do Rio Doce, através das reuniões do Grupo de Acompanhamento Técnico (GAT). Este grupo é formado por membros dos comitês integrantes da bacia do rio doce, representantes do poder estadual e federal, e da empresa que está elaborando o plano. Após as reuniões do GAT a CTPL tem apresentado em plenária um relatório sobre os andamentos do plano.

A Câmara Técnica de Análise de Projetos (CTAP) tem como competências previstas pelo comitê:

- Acompanhar, analisar, estudar e emitir parecer técnico ao Plenário sobre projetos relacionados a recursos hídricos na área de atuação do Comitê.
- Analisar e emitir parecer técnico ao Plenário do Comitê sobre os projetos que visem a captação de recursos junto ao Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO, nos aspectos relacionados aos recursos hídricos da bacia.

A CTAP foi criada pela Deliberação Normativa 09/2008, sendo composta por 8 membros do CBH Piracicaba/MG. Os trabalhos desta CT começaram em 2009.

Na reunião extraordinária realizada na sede do CBH Piracicaba/MG em 30 de julho de 2008, foram aprovados quatro projetos para obtenção de recursos do FHIDRO: Saneamento da Microbacia do Córrego Seco em São Domingos do Prata, Controle dos Processos Erosivos da Apa Ipanema em Ipatinga, Plano de Saneamento para Zona Rural de Itabira, e Implantação de Planejamento de Comunicação para o CBH Piracicaba/MG.

A partir de 2009, os projetos para obtenção de recursos do FHIDRO deverão passar por análise e parecer técnico do CTAP. Este também deverá ajudar os interessados a elaborar os projetos.

Durante os anos de 2005 a 2008 as principais ações do CBH Piracicaba/MG foram: As reuniões itinerantes nas cidades da bacia; Participação efetiva no Seminário Legislativo Águas de

Minas 2 na região e na Plenária final em BH; Cartilha Informativa do Comitê; Fita de educação ambiental sobre o lixo “Lições do Piracicaba; Apoio ao projeto do consórcio do aterro sanitário em conjunto dos municípios de João Monlevade, Rio Piracicaba e Bela Vista de Minas junto a recursos do FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente; Projeto de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) da Agência Nacional das Águas (ANA) para compra do esgoto tratado de 70% da cidade de Itabira através do CBH Piracicaba no valor de R\$ 1.606.000,00; aprovação para que empreendimentos (ETE) pudessem acessar o Programa Nacional de Despoluição de Bacias (PRODES) da ANA; Viabilidade do consórcio das prefeituras de João Monlevade, Rio Piracicaba e Bela Vista de Minas para o acesso ao recurso do FNMA para construção do Aterro Sanitário em conjunto destas cidades.

5 - CONCLUSÕES

Atualmente, existem comitês de bacias hidrográficas muito pequenas, como a do rio Mosquito, por exemplo, ao norte de Minas Gerais, que abrange a área de três municípios, até comitês das grandes bacias como as do rio Paraíba do Sul, São Francisco e Doce, que envolvem diversos estados e um grande número de municípios. Portanto cada comitê deve ser estudado separadamente, pois as bacias hidrográficas aqui pertencem possuem características geográficas, hidrológicas, econômicas, sociais e políticas diferentes.

Há ainda de se considerar que cada CBH tem um processo de formação e consolidação diferente, sendo que uns foram criados antes da Lei 9.433/97 (caso do CBH-PCJ, Comitê Sinos e a CEIVAP) e outros depois desta (caso do CBH Piracicaba/MG). Segundo Costa (2008), os CBHs, originados posteriormente a referida lei, foram criados com o intuito de implementar, na prática, a gestão das águas de forma participativa e descentralizada, pois eles são a base do Sistema de Gerenciamento das Águas e o lócus dos debates das questões referentes às águas da bacia.

No que se refere ao processo de formação dos CBHs, há diferenças marcantes entre eles. Como por exemplo, o CHB-VELHAS, que advém do Projeto Manuelzão, este concebido por um grupo de professores da UFMG. Outros como o CBH Pará tem sua história marcada pela união de empresários, ONGs e poder público. Já o CBH Piracicaba/MG teve sua mobilização inicial marcada por motivos políticos e eleitoreiros.

Um dos pontos chaves do debate entre os acadêmicos da gestão de recursos hídricos é o fato dos CBHs serem uma arena onde: o poder público, os usuários e a sociedade civil organizada têm o mesmo poder de decisão, gerando conflitos e divergências de interesses entre os agentes envolvidos, confrontando-se com as assimetrias de poder, de conhecimento e de habilidades, com a

legitimidade das representações, com práticas arraigadas de gestão tecnocrática e centralizadas, enfim, com toda ordem de dificuldades.

A definição da cobrança é um ponto chave para que o comitê exerça sua autonomia. A criação de uma Agência de Águas e, conseqüentemente a cobrança, são um dos principais objetivos da maioria dos CBHs. Quando este é alcançado, considera-se que o CBH em questão está avançado no processo de consolidação da Lei 9433/97 e portanto da gestão de recursos hídricos (casos do CBH-PCJ e CEIVAP).

A ausência de uma personalidade jurídica própria, também cerceia as alternativas de busca de recursos. A autonomia se constrói politicamente e, muitas vezes, com subterfúgios legais, como a criação de instituições paralelas com personalidade jurídica que possam assumir o papel de gestoras de recursos, enquanto não é instituída a cobrança e são criadas as Agências de Água para gerir a cobrança, como é o caso do CBH Pará.

A organização e a democracia de um CBH não acontecem rapidamente, pois a adaptação dos membros a esta nova forma de tomada de decisão acontece de forma lenta. Até o comitê chegar a criar uma agência de água demora anos. Neste tempo, ele precisa se democratizar, adaptar-se aos instrumentos de gerenciamento de recursos hídricos, se fortalecer politicamente, aprovar um plano de bacia. Posteriormente, implantar uma agência de águas, realizar a cobrança e distribuir esses recursos em projetos que venham melhorar a qualidade ambiental e conseqüentemente a qualidade da água na bacia hidrográfica que esteja inserido.

O CBH-PCJ e CEIVAP são exemplos de comitês que atingiram esta maturidade citada acima. Sendo que estes comitês possuem uma história de criação e mobilização que antecedem a Lei 9433/97, chegando estes a criar suas respectivas agências de água, estabelecer a cobrança pelo uso da água e possuir uma democracia interna bem estabelecida.

O CBH Piracicaba/MG precisa efetivamente se adaptar melhor a esses instrumentos, se organizar melhor democraticamente e politicamente. Mas é correto salientar que a fundação deste advém de poucos anos atrás e a sua maturidade só virá com o passar dos anos.

BIBLIOGRAFIA

BRAGA, T. (1998). *Conflito Sócio-Ambiental e Constituição de Agentes Sociais Ambientalistas: um estudo sobre as cidades industriais da bacia do Rio Piracicaba (MG)*. Belo Horizonte. Disponível em: http://www.ecoeco.org.br/pdf/e1_m4_a1.pdf. Acesso em: 01 de Dezembro 2008.

FEICHAS, S.A.Q. (2002). *Fatores que facilitam e que dificultam o funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul*. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, RJ.

GUERRA, C.B. (1993). *Impactos Ambientais na Bacia do Rio Piracicaba*. Belo Horizonte: Diagramarte.

_____ (2001). *Expedição Piracicaba: 300 anos depois*. Belo Horizonte: SEGRAC.

PAULA, J.A. (1997). *Biodiversidade, população e economia: uma região de mata atlântica*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar; ECMVC; PADCT/CIAMB, cap7.